

Prefeitura Municipal de Petrolina
Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

SEDEST

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS

PROVA 1

ADVOGADO

Data de aplicação: 30/08/2015

Leia com atenção as instruções abaixo

1. Ao receber este caderno, aguarde a autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 30 (trinta) questões objetivas numeradas sequencialmente de 1 a 30, cada uma com 5 (cinco) alternativas indicadas pelas letras 'A' a 'E', das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão. Observe na indicação acima se o caderno de provas se refere ao cargo ao qual você se inscreveu, caso contrário, solicite ao fiscal de sala a sua substituição.
2. O cartão de respostas será entregue oportunamente pelos fiscais de sala. Ao recebê-lo, lembre-se de assinar no local indicado.
3. No cartão de respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme exemplo abaixo:

Exemplo: (A) (B) (C) (●) (E)

Atenção: A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

4. O tempo total para resolução das provas e preenchimento do cartão de respostas é de 3h (três horas). Ao terminar as provas, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas e assine a lista de presença. Este caderno de provas somente poderá ser levado pelo candidato após decorrida 1h 30 min (uma hora e trinta minutos) do início das provas.
5. As provas, os gabaritos, os resultados e demais informações referentes ao concurso serão divulgados no site oficial da FACAPE: www.facape.br.

Boa prova!

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 30, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

DISCIPLINA D1 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

No que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a opção CORRETA.

- (A) O princípio constitucional do direito de acesso à informação veda o sigilo da fonte, ainda que se aleguem motivos profissionais.
- (B) O direito constitucional à vida autoriza a aceitação pelo Poder Judiciário, nos julgamentos de crimes hediondos, das confissões obtidas por meio de tortura.
- (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (D) É possível realizar restrições à liberdade de expressão diante da necessidade concreta de promover outros valores constitucionais, respeitando-se sempre o postulado da proporcionalidade.
- (E) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas suas atividades por decisão judicial transitada em julgado.

Questão 02

Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a respeito da organização político-administrativa do país, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) A CF/88 proíbe a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais. Por outro lado, aqueles já existentes na data de promulgação da Constituição foram preservados.
- (B) É vedado aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (C) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (D) O Distrito Federal é a capital do Brasil.
- (E) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Questão 03

Com relação às disposições gerais atinentes à Administração Pública, sob o enfoque da Constituição Federal, pode-se afirmar CORRETAMENTE que

- (A) É assegurado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve, competindo a eles decidir sobre os limites e a oportunidade de exercê-lo, bem como sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- (B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- (D) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

- (E) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Questão 04

Afonso Pena foi admitido em 01 de janeiro de 1981, como professor de matemática da rede pública municipal de Petrolina, sem se submeter a concurso público, laborando em jornada semanal de 20 horas, em curso noturno voltado para adultos. Em 10 de julho de 2012, requereu e obteve aposentadoria por tempo de contribuição junto ao regime previdenciário próprio do Município. Em dezembro de 2010, Afonso concluiu o curso superior de Direito. Em 15 de agosto de 2012, submeteu-se a concurso público e foi aprovado para o cargo de Procurador do Município, tendo tomado posse no mês seguinte. À luz das regras atinentes aos servidores públicos, é CORRETO afirmar que:

- (A) Desde que renuncie à aposentadoria, a investidura será regular, pois é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) Não poderia acumular o cargo de procurador com os proventos da aposentadoria, por vedação Constitucional, exceto se fosse exercer função técnica na área da saúde.
- (C) Não há qualquer ilicitude, visto que a investidura no cargo de professor é nula, pois não foi procedida de aprovação em concurso público.
- (D) Não se configura hipótese de acumulação ilícita, considerando que essa só acontece quando a investidura se dá em cargos públicos de esfera administrativa distinta.
- (E) É lícita a acumulação, uma vez que o cargo de procurador é um cargo técnico acumulável na atividade com o de professor.

Questão 05

Sabe-se que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir certas matérias. Sabendo disso, assinale a alternativa INCORRETA quanto ao enquadramento das cláusulas pétreas.

- (A) a forma federativa de Estado.
- (B) o voto obrigatório, direto, secreto, universal e periódico.
- (C) a separação dos Poderes.
- (D) os direitos e garantias individuais.
- (E) a rigidez do processo legislativo de alteração constitucional.

Questão 06

No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- (B) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (C) Caso constate ilegalidade na execução de contrato administrativo, o tribunal de contas deverá assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei, podendo sustar, se não atendido, a execução do referido contrato.
- (D) O TCU tem competência para determinar a autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.
- (E) Ainda que constate irregularidade, não compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas apresentadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo federal.

Questão 07

Assinale a opção INCORRETA a respeito do Poder Judiciário.

- (A) As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.
- (B) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) A vitaliciedade dos juízes será adquirida, no primeiro grau, após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária, salvo se licenciados.
- (E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Questão 08

No que se refere ao Ministério Público, assinale a opção CORRETA.

- (A) O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, é subordinado administrativamente ao Poder Judiciário.
- (B) Os Ministérios Públicos da União, dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (C) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (E) O Ministério Público tem como função zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, podendo, para tanto, representar judicialmente as entidades públicas.

Questão 09

Sobre os poderes da comissão parlamentar de inquérito, nos âmbitos federal e estadual, pode-se afirmar que:

- (A) podem, excepcionalmente, quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados de seus investigados (incluindo os dados telefônicos).
- (B) podem realizar a oitiva de testemunhas, sob pena de condução coercitiva.
- (C) não podem determinar prisão temporária ou preventiva, contudo podem determinar prisão em flagrante, pois essa pode ser realizada por qualquer pessoa do povo.
- (D) não podem determinar busca e apreensão domiciliar específica.
- (E) podem determinar interceptação telefônica, considerando seus poderes próprios de autoridades judiciais.

Questão 10

Acerca de princípios fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a opção CORRETA:

- (A) Podemos falar na existência de soberania popular quando a soberania emana do povo e o poder pertence ao representante eleito (titularidade do poder).
- (B) Como decorrência do princípio da não intervenção, veda-se ingerência arbitrária do Brasil na soberania de outras nações, mas não impede que o país, mesmo sem prévia declaração de guerra, empregue suas Forças Armadas fora do território nacional.
- (C) A menção à democracia realizada no *caput* do art. 1º da CF/88 incorpora uma regra prescritiva que impõe a supremacia político-social da maioria perante a minoria.
- (D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes entre si, expressando a Constituição o dever de o Judiciário assegurar a harmonia entre eles, como uma espécie de moderador.
- (E) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluripartidarismo político.

Questão 11

Com relação aos princípios da administração pública, assinale a opção INCORRETA.

- (A) O princípio da razoabilidade, embora princípio constitucionalmente implícito da administração pública, encontra-se previsto explicitamente na legislação infraconstitucional.
- (B) O princípio da proteção à confiança corresponde ao aspecto subjetivo da segurança jurídica.
- (C) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é um dos pilares do regime jurídico administrativo e autoriza a administração pública a impor restrições aos direitos dos particulares sempre que houver conflito com os interesses da coletividade.
- (D) O princípio da moralidade administrativa, tanto quanto os demais princípios da Administração Pública, não são meras recomendações ou conselhos. Ao revés, segundo tendência moderna das ciências jurídicas, os princípios são dotados de força normativa.
- (E) O princípio da eficiência não se restringe à racionalidade econômica, relacionando-se à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os resultados melhores, como também em relação ao modo racional de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública.

Questão 12

É CORRETO afirmar que as seguintes entidades pertencem à administração indireta:

- (A) Ministérios, autarquias e empresas públicas.
- (B) União, Estados e Municípios.
- (C) Sociedades de economia mista, empresas públicas e consórcios públicos.
- (D) Autarquias, fundações públicas e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (E) Agências reguladoras, sociedades de economia mista e Serviço Social do Transporte (Sest).

Questão 13

Suponha-se que o Município de Petrolina, no intuito de conferir maior autonomia à Secretaria de Infraestrutura, resolva transformá-la em uma autarquia com competência para atuar em setores como limpeza urbana nas ruas, praças e canais, pavimentação e iluminação pública, bem como da estruturação e fiscalização das obras em geral. Nesse caso, configurar-se-á o fenômeno da

- (A) Centralização.

- (B) Descentralização.
- (C) Concentração.
- (D) Desconcentração.
- (E) Fragmentação.

Questão 14

Considere que a prefeitura de Petrolina concedeu licença para a instalação e operação de estabelecimento comercial, onde funcionará uma Farmácia. Nessa situação hipotética, assinale a opção em que se explicita o poder da administração correspondente ao ato administrativo praticado, bem como indica suas características.

- (A) Poder de polícia, ato unilateral e vinculado.
- (B) Poder regulamentar, ato unilateral e vinculado.
- (C) Poder disciplinar, ato bilateral e discricionário.
- (D) Poder de polícia, ato unilateral e discricionário.
- (E) Poder disciplinar, ato unilateral e discricionário.

Questão 15

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Ocorre a prática dos atos negociais quando seus interesses, ainda que indiretamente, coincidem com a pretensão do particular, ou seja, a administração vale-se apenas do seu poder extroverso.
- (B) O ato complexo é aquele ato administrativo formado por mais de uma manifestação de vontade, assim, caso a parte interessada venha a impugná-lo judicialmente, será necessário a impugnação dos dois atos distintos, e não somente de um.
- (C) A avocação e a delegação são exemplos de que a competência para prática de atos administrativos é requisito de validade em regra renunciável pelo agente público que a detém.
- (D) O ato administrativo é imperfeito quando completa o seu ciclo de formação, mas ainda está sujeito à condição ou termo para que comece a produzir efeitos.
- (E) A invalidação de atos administrativos ampliativos de direitos dos administrados prescinde de anterior processo administrativo.

Questão 16

Um agente público praticou um ato administrativo violando a forma prescrita em lei. No que se refere a esse ato, pode-se afirmar que:

- (A) só pode ser anulado por decisão judicial em ação autônoma.
- (B) só pode ser anulado ou invalidado pela própria Administração Pública, pois só ela detém o poder de autotutela.
- (C) pode ser anulado pela própria Administração, desde que ocorra ratificação pelo Poder Judiciário.
- (D) pode ser anulado ou invalidado pela própria Administração Pública, assim como pelo Poder Judiciário.
- (E) não pode ser anulado pela Administração Pública, na hipótese de ter ele produzido efeito.

Questão 17

No que se refere ao regime jurídico comum aos servidores públicos, pode-se concluir que:

- (A) só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- (B) o servidor que, por descumprimento de seus deveres funcionais, causar dano ao patrimônio da entidade a que se vincula, ficará obrigado ao ressarcimento, desde que em ação regressiva.
- (C) os ocupantes de cargos em comissão não são considerados servidores públicos.
- (D) na imposição da pena disciplinar, deve a autoridade observar o princípio da proporcionalidade, confrontando a gravidade da falta, o dano causado ao serviço público, o grau de responsabilidade do servidor e seus antecedentes, de forma a demonstrar a adequação da sanção aplicada. Tal juízo de proporcionalidade é discricionário, daí porque não pode o Judiciário adentrar no exame da medida, sob pena de invadir a esfera de competência própria do administrador público.
- (E) é entendimento assente, no STJ, que o excesso de prazo, na conclusão do processo administrativo disciplinar, configura nulidade mesmo quando não ficar comprovado o prejuízo para a defesa.

Questão 18

No que se refere às licitações, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93, assinale a assertiva INCORRETA.

- (A) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (C) A Administração poderá autorizar que o projeto executivo seja desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços.
- (D) O procedimento licitatório é caracterizado como ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- (E) O Município de Petrolina é vedado criar modalidades de licitação diversas das constantes em Lei federal, mesmo se a modalidade pretendida for originada da combinação daquelas constantes da Lei n.º 8.666/93.

Questão 19

Acerca dos contratos administrativos, nos termos da Lei n.º 8.666/93, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O contrato administrativo deverá ser formalizado por instrumento escrito - termo de contrato -, sendo vedada a existência de contratos administrativos verbais.
- (B) Os contratos administrativos somente podem ser celebrados entre a administração e pessoas jurídicas.
- (C) Por força da exorbitância inerente ao contrato administrativo, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (D) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, desonerando a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.
- (E) Os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, não ficando adstritos à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Questão 20

Assinale a opção que indica modalidade de licitação NÃO prevista na Lei n.º 8.666/93.

- (A) Concorrência.
- (B) Tomada de preços.
- (C) Convite.
- (D) Concurso.
- (E) Pregão.

DISCIPLINA D2 – LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir serve de base para responder à questão 21.

Não se esqueça que sua vida não está lá fora, não depende do que você ouve, mas do que está na sua consciência.

Questão 21

No contexto apresentado, o autor se expressa informalmente. Se sua frase fosse proferida em norma padrão da língua, assumiria a seguinte redação:

- (A) Não se esqueça que sua vida não está lá fora, não depende do que você ouve, mas do que está na sua consciência.
- (B) Não se esqueça que sua vida não está lá fora, não depende do que você ouve, mas do que está na sua consciência.
- (C) Não esqueça-se que sua vida não está lá fora, não depende do que você ouve, mas do que está na sua consciência.
- (D) Não se esqueça de que sua vida não está lá fora, não depende do que você ouve, mas do que está na sua consciência.
- (E) Não se esqueça de que sua vida não está lá fora, não depende do que você ouve, mas do que está na sua consciência.

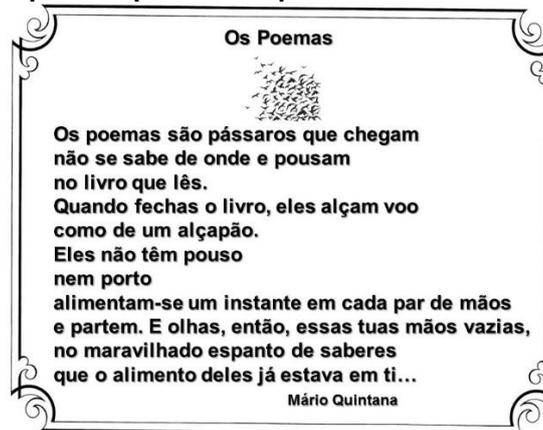
O texto a seguir serve de base para responder à questão 22.

Questão 22

Em “Homem que se cuida não perde o melhor da vida”, o autor utilizou um recurso coesivo que expressa relação sintático-semântica de

- (A) consequência.
- (B) concessão.
- (C) restrição.
- (D) explicação.
- (E) condição.

O texto a seguir serve de base para responder às questões 23 e 24.



Questão 23

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- (A) o emprego das formas verbais “chegam”, “pousam” e “alçam” estabelecem uma relação de contradição com o verso “alimentam-se um instante em cada par de mãos”.
- (B) o propósito comunicativo do texto é relatar sobre a efemeridade da vida do poeta.
- (C) os termos “pássaros” e “alçapão” mantêm uma relação de sinonímia com a expressão “mãos vazias”.
- (D) no primeiro verso, o poeta fez uso de uma figura de linguagem denominada metáfora.
- (E) o poema revela a escassez de livros para adquirir um vocabulário adequado para produzir um texto.

Questão 24

Da leitura do texto, conclui-se que:

- (A) no final do poema, o poeta Mário Quintana reconhece que os ideais dos poemas, as reflexões, já existem dentro de cada ser humano.
- (B) a poesia não influencia nossas ações, nossos pensamentos porque “voam” na imaginação.
- (C) o título do poema sintetiza uma provável relação com o profundo conhecimento de um vocabulário rebuscado.
- (D) o poeta utiliza uma hipérbole entre “poemas” e “pássaros”.
- (E) os versos do poema revelam que a poesia não desperta inspiração poética nos leitores.

O texto a seguir serve de base para responder à questão 25.



Questão 25

Sobre a campanha, pode-se afirmar que:

- (A) o emprego do vocábulo “nenhuma” é fundamental para a compreensão do potencial da mulher para fazer parte da política.
- (B) faz um alerta para que somente as mulheres negras possam fazer parte da política.
- (C) compartilha da preocupação da mulher com a aparência já que isso é importante para o exercício do poder.
- (D) utiliza as ocorrências da forma verbal “faça” como estratégia persuasiva para influenciar a mudança de comportamento da mulher.
- (E) associa o vocábulo “silêncio” à imagem da mulher.

O texto a seguir serve de base para responder à questão 26.



Disponível em: www.sjs.com.br

Questão 26

Leia as afirmações:

- I. A passagem “... as árvores destinadas à produção de papel provêm de florestas plantadas...” foi construída na voz passiva.
- II. A relação estabelecida entre o termo regente “destinadas” e o termo regido “produção” é de regência nominal.
- III. A forma verbal “provêm” foi empregada no plural para estabelecer uma relação de concordância com o sujeito da mensagem.

Está CORRETO o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

O texto a seguir serve de base para responder à questão 27.

**É IMPORTANTE
QUE OS SERES HUMANOS
PERMANEÇAM HUMILDES,
MODESTOS
E
DESPRETENCIOSOS.**

Questão 27

O texto contém um desvio da norma padrão da língua portuguesa. Corrija-se essa inadequação com a substituição de

- (A) seres humanos por ser humano.
- (B) permaneçam por permanecem.
- (C) humildes por humilde.
- (D) modestos por modesto.
- (E) despretenciosos por despretensiosos.

Questão 28

Avalie as quatro afirmativas abaixo, com base no texto de Carlos Drummond de Andrade.

“A leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas por incrível que pareça, a quase totalidade, não sente esta sede.”

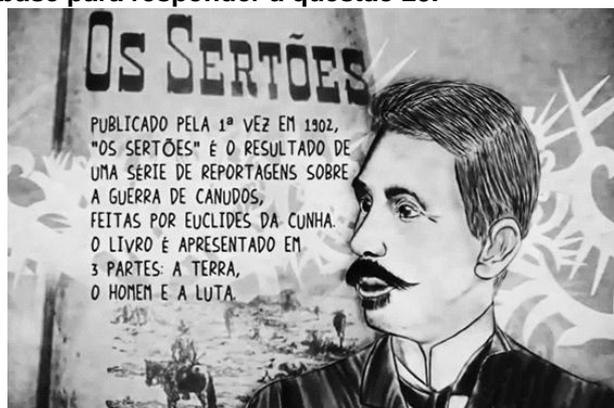
Carlos Drummond de Andrade

- I. O adjetivo “inesgotável” está no singular para estabelecer concordância com o substantivo “fonte”.
- II. A palavra “incrível” está acentuada por ser paroxitona terminada em “L”.
- III. O recurso coesivo “mas” poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “todavia”.
- IV. Há um desvio no que se refere à concordância verbal.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV apenas.
- (D) I, II e IV apenas.
- (E) I, II, III e IV.

O texto a seguir serve de base para responder à questão 29.

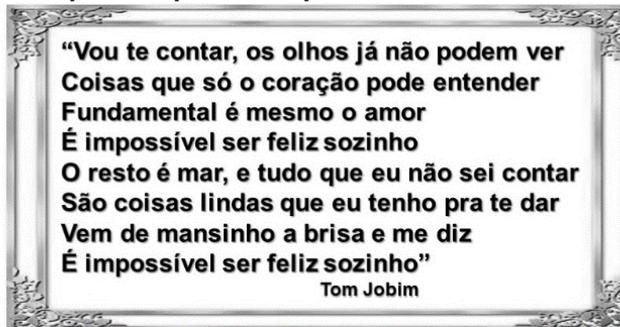


Questão 29

Pela forma como as informações estão organizadas, observa-se que, nesse texto, busca-se

- (A) conseguir a adesão do leitor para adquirir a obra literária.
- (B) reforçar o canal de comunicação com o leitor.
- (C) divulgar informações sucintas a respeito do livro.
- (D) enfatizar os sentimentos e as impressões do escritor.
- (E) ressaltar os elementos estéticos narrados no livro.

O texto a seguir serve de base para responder à questão 30.



Questão 30

No verso “Vem de mansinho a brisa e me diz”, registra-se uma figura de linguagem denominada:

- (A) metáfora.
- (B) metonímia.
- (C) sinestesia.
- (D) prosopopeia.
- (E) eufemismo.